

Infraestrutura Brasil Holding VII S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Infraestrutura Brasil Holding VII S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding VII S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Infraestrutura Brasil Holding VII S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e à sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Determinamos que não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Tarcísio Luiz dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP 207626/O-0

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING VII S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	268	206	214.019	286.972	Fornecedores	12	-	-	47.298	54.370
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	-	12.274	8.270	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	1.761	1.658
Contas a receber	5	-	-	58.041	46.060	Debêntures	14	-	-	607.106	869
Estoques	6	-	-	4.447	3.005	Credor pela concessão	15	-	-	33.002	13.190
Adiantamento a fornecedores		-	-	2.527	2.016	Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais	16	-	-	13.482	13.041
Despesas antecipadas		-	-	3.084	2.546	Impostos, taxas e contribuições	17	-	-	12.543	13.793
Impostos a recuperar		14	8	2.562	2.973	Adiantamento de clientes		-	-	2.108	2.019
Partes relacionadas	18	-	-	167	195	Seguros e garantias		-	-	95	149
Outros ativos		-	-	252	345	Passivo de arrendamento	19	-	-	3.863	7.361
Total do ativo circulante		<u>282</u>	<u>214</u>	<u>297.373</u>	<u>352.382</u>	Partes relacionadas	18	-	-	1.272	2.345
						Provisão para manutenção	20	-	-	119.142	1.111
						Outras contas a pagar		-	-	598	370
						Total do passivo circulante		-	-	<u>842.270</u>	<u>110.276</u>
NÃO CIRCULANTE											
Dividendo a receber	8	197	197	-	-						
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	-	20.275	15.286						
Impostos diferidos	7	-	-	38.073	23.291	NÃO CIRCULANTE					
Depósitos judiciais		-	-	750	140	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	685.814	628.673
Investimento	8	314.841	353.978	-	-	Debêntures	14	7.957	4.693	391.172	881.596
Imobilizado	9	-	-	69.884	34.779	Debêntures - partes relacionadas	14	-	-	581.694	530.167
Intangível	10	-	-	2.579.842	2.279.080	Passivo de arrendamento	19	-	-	2.644	5.456
Direito de uso	11	-	-	6.882	12.400	Provisão de investimento	8	-	-	103	106
Total do ativo não circulante		<u>315.038</u>	<u>354.175</u>	<u>2.715.706</u>	<u>2.364.976</u>	Provisão para contingência	21	-	-	9.058	1.254
						Provisão para manutenção	20	-	-	57.943	58.343
						Dividendos	22.b	133	133	218	218
						Total do passivo não circulante		<u>8.090</u>	<u>4.826</u>	<u>1.728.646</u>	<u>2.105.813</u>
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social integralizado	22.a	343.235	343.235	343.235	343.235
						Reserva legal	22.c	-	700	-	700
						Reserva de lucros	22.d	-	5.628	-	5.628
						Prejuízo acumulado	23.c / 23.d	(36.005)	-	(36.005)	-
						Total do patrimônio líquido dos acionistas da controladora		<u>307.230</u>	<u>349.563</u>	<u>307.230</u>	<u>349.563</u>
						Participações de acionistas não controladores		-	-	<u>134.933</u>	<u>151.706</u>
								<u>307.230</u>	<u>349.563</u>	<u>442.163</u>	<u>501.269</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>315.320</u>	<u>354.389</u>	<u>3.013.079</u>	<u>2.717.358</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>315.320</u>	<u>354.389</u>	<u>3.013.079</u>	<u>2.717.358</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING VII S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto para o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA	23	-	-	1.209.552	1.291.785
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	24	-	-	(919.005)	(1.145.823)
LUCRO BRUTO		-	-	290.547	145.962
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas operacionais	24	(2.463)	(104)	(46.106)	(46.654)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(39.137)	(6.735)	3	(132)
Outras receitas operacionais, liquidas		-	-	1.590	554
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(41.600)	(6.839)	246.034	(46.232)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	25	34	11	23.220	14.906
Despesas financeiras	25	(767)	(704)	(286.965)	(137.018)
		(733)	(693)	(263.745)	(122.112)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(42.333)	(7.532)	(17.711)	(22.382)
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	-	-	(56.177)	(10.894)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	-	-	14.782	22.859
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(42.333)	(7.532)	(59.106)	(10.417)
ATRIBUÍVEL A:					
Acionistas da controladora		(42.333)	(7.532)	(42.333)	(7.532)
Acionistas não controladores		-	-	(16.773)	(2.885)
Prejuízo por ação - básico e diluído	26	(0,123)	(0,022)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING VII S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(42.333)	(7.532)	(59.106)	(10.417)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(42.333)</u>	<u>(7.532)</u>	<u>(59.106)</u>	<u>(10.417)</u>
ATRIBUÍVEL A:				
Acionistas da controladora	<u>(42.333)</u>	<u>(7.532)</u>	<u>(42.333)</u>	<u>(7.532)</u>
Acionistas não controladores	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(16.773)</u>	<u>(2.885)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING VII S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 (Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	Capital Social		Prejuízos acumulados	Reservas		Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
		Subscrito	A integralizar		Legal	Lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		982.000	- 733.970	-	700	13.160	261.890	154.591	416.481
Capital Social	22.a	-	95.205	-	-	-	95.205	-	95.205
Prejuízo do exercício		-	-	(7.532)	-	-	(7.532)	(2.885)	(10.417)
Reservas	22.c / 22.d	-	-	7.532	-	(7.532)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		982.000	- 638.765	-	700	5.628	349.563	151.706	501.269
Prejuízo do exercício		-	-	(42.333)	-	-	(42.333)	(16.773)	(59.106)
Reservas	22.c / 22.d	-	-	6.328	(700)	(5.628)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		982.000	(638.765)	(36.005)	-	-	307.230	134.933	442.163

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING VII S.A

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro do período		(42.333)	(7.532)	(42.333)	(7.532)
Ajustes:					
Depreciação e amortização	24	-	-	142.654	95.873
Baixa do intangível	10	-	-	-	629
Juros sobre contratos de arrendamentos	25	-	-	646	878
Impostos diferidos	7	-	-	(14.782)	(22.859)
Provisão para contingência	21	-	-	7.804	1.225
Provisão para manutenção	20	-	-	117.631	59.454
Juros e apropriação de custo sobre empréstimos e financiamentos	25	-	247	42.355	74.061
Juros e apropriação de custo sobre debêntures	25	764	419	184.284	48.566
Resultado equivalência patrimonial		39.137	6.735	(3)	132
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		-	-	(11.981)	(21.977)
Estoques		-	-	(1.442)	(1.544)
Impostos a recuperar		(6)	(2)	411	(2.939)
Adiantamento a fornecedores		-	-	(511)	(1.098)
Despesas antecipadas		-	-	(538)	6.787
Outros ativos		-	-	(515)	(483)
Fornecedores		-	-	722	(81.556)
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		-	(1.268)	441	3.793
Credor pela concessão - Ônus de Fiscalização		-	-	19.811	12.808
Impostos, taxas e contribuições		-	-	49.533	11.752
Contas a pagar com partes relacionadas		-	-	(1.046)	822
Outras contas a pagar		-	-	259	2.075
IRPJ e CSLL pagos no período		-	-	(50.784)	(10.103)
Amortização de juros empréstimos e financiamentos		-	-	(36.693)	-
Amortização de juros debêntures		-	-	(19.444)	-
Juros pagos sobre contrato de arrendamento	19	-	-	(646)	(878)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de operacionais		(2.438)	(1.401)	385.833	167.886
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de Imobilizado	30	-	-	(47.738)	(25.459)
Aquisições de intangível	30	-	-	(379.843)	(728.040)
Investimento	8	-	-	-	-
Dividendo a receber		-	-	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	-	(8.993)	(23.556)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	(16.773)	(2.885)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		-	-	(453.347)	(779.940)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos e Financiamentos, líquido do custo de captação	13	-	-	-	594.595
Amortização de empréstimos e financiamentos	13	-	(95.165)	-	(1.172.253)
Captação de debêntures	14	2.500	-	2.500	1.320.252
Amortização de debêntures	14	-	-	-	(7.794)
Recursos provenientes de alienação de intangível		-	-	-	5.655
Pagamento de principal de contrato de arrendamento	19	-	-	(7.939)	(6.407)
Integralização de Capital	22.a	-	95.205	-	96.355
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		2.500	40	(5.439)	830.403
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		62	(1.361)	(72.953)	218.349
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO		206	1.567	286.972	68.623
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	3	268	206	214.019	286.972
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		62	(1.361)	(72.953)	218.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING VII S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais - R\$ mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Infraestrutura Brasil Holding VII S.A. (“Companhia”), constituída em 20 de janeiro de 2020, localizada na Rodovia Washington Luis, s/n, Km 216,800 – Pista Sul – Itirapina – SP, tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

A Companhia tem como controlador direto o fundo Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

1.1. Pedido de reequilíbrios econômico-financeiros do contrato de concessão.

Em 15 de maio de 2020, juntamente com a assinatura do contrato da concessão foi assinado termo aditivo modificativo reconhecendo os efeitos do COVID-19 como sendo fator de caso fortuito e/ou força maior. Até o presente momento a Companhia está discutindo com a ARTESP - Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo a quantificação do desequilíbrio.

Em paralelo à discussão na fase administrativa a Companhia ingressou com ação judicial contra ARTESP com o objetivo de reconhecer o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão nº 0409/ARTESP/2020 (“Contrato de Concessão”) e reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do primeiro ano de operação do Contrato de Concessão.

A ação principal está em fase de contestação por parte da ARTESP e Procuradoria Geral do Estado – “PGE”.

1.2. Situação econômica e financeiras

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia, de forma consolidada, apresenta capital circulante negativo de R\$544.897. Para não prejudicar a continuidade operacional das atividades a Companhia iniciou conversas com os debenturistas e está estudando o melhor cenário entre renegociação para alongamento da dívida de curto prazo (Debêntures emitidas pela investida Infraestrutura Brasil Holding IX S.A) ou aportar capital, considerando o montante previsto de capital a integralizar.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS APLICÁVEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de a Companhia dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é determinado nessa base.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Base de Consolidação

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data e quem o controle se inicia até a data em que ele deixa de existir. As demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial.

a) Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e de sua controlada mencionada na nota explicativa nº 9. Os principais procedimentos de consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados da investida.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de transações entre as empresas que fazem parte da consolidação.
- Eliminação dos tributos sobre a parcela de lucro não realizado.

- Ganhos não realizados, oriundos de transações com investida, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida.

Controlada em conjunto

Nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, as informações financeiras das controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial em conformidade com os requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (nota explicativa nº 9).

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

2.5. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são registradas a valor justo, deduzidos de provisão para perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento.

A provisão para perda de créditos esperados é constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve ajuste a valor presente das transações dos serviços prestados, por não serem relevantes no contexto geral das demonstrações financeiras.

2.6. Estoque

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia.

2.7. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Os impostos diferidos serão constituídos para diferenças temporárias.

2.7.1. Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do período, tendo a sua apuração anual. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal.

2.7.2. Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

2.8. Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais.
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros.
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.9. Investimentos

O investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial e os resultados da investida são reconhecidos como aumento ou redução do investimento em contrapartida no resultado como resultado da equivalência patrimonial.

2.10. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e qualquer perda não recuperável acumulada “impairment”. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme divulgado.

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim de cada período, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.11. “Impairment” (perda por valor recuperável)

A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor.

Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no período findo em 31 de dezembro de 2021.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada período, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.12. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras

Práticas contábeis críticas são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tenham impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Receita de contratos com clientes

(a) Receita de Pedágio e Receitas Acessórias

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de Construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com a Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

2.13. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos gastos realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do período de acordo com o prazo de concessão da rodovia. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 04 - Ativo Intangível, "O valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada" e ainda "O método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros.

2.14. Fornecedores e outras contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.16. Credor pela concessão

Representa os valores a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais.

2.17. Provisões

Quando aplicável, as provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

2.18. Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização.

2.19. Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Derivativo embutido

Derivativo embutido é um componente de contrato híbrido que inclui também um componente principal não derivativo, com o efeito de que parte dos fluxos de caixa do instrumento combinado varia de forma similar ao derivativo individual.

O valor da opção de conversão de Debêntures em ações deve ser incluído no componente do passivo e valorizado pelo valor justo quando estes se referem a quantidade de ações variáveis. A soma dos montantes atribuídos aos componentes do passivo avaliado a custo amortizado e valor justo no reconhecimento inicial é sempre igual ao valor justo que seria atribuído ao instrumento como um todo. Nenhum ganho ou perda deve decorrer do reconhecimento inicial dos componentes do instrumento separadamente.

2.20. Lucro básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período.

2.21. Reconhecimento de receita

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

A receita é calculada de acordo com os valores estipulados pelo Poder Concedente, sendo o valor da Tarifa de Pedágio cobrado do usuário das rodovias de cada uma das praças de pedágio, conforme estabelecido no Contrato de Concessão e as Receitas Acessórias de acordo com o serviço acessório que foi contratado.

2.22. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

2.23. Novos CPCs, revisões dos CPCs e interpretações ICPC (Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) em vigor no exercício corrente.

Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

No exercício social corrente, a Companhia aplicou as alterações ao CPC 06 (R2) a partir da sua data de vigência e não teve impactos relevantes.

CPCs novos e revisados emitidos e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou aos CPCs novos e revisados a seguir, já emitidos e ainda não aplicáveis:

CPC 50 (IFRS 17)

Contratos de Seguros

CPC 36 (R3) (IFRS 10) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) (IAS 28 alterações)

Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture,

CPC 50 (IFRS 17)	Contratos de Seguros
CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1)	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
CPC 15 (R1) (Alterações à IFRS 3)	Referência à Estrutura Conceitual
CPC 27 (Alterações à IAS 16)	Imobilizado—Recursos Antes do Uso Pretendido
CPC 5 (Alterações à IAS 37)	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato
Melhorias Anuais ao Ciclo de CPCs (IFRS) 2018–2020	CPC 37 (R1) (Alterações à IFRS 1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros e CPC 06 (IFRS 16) – Arrendamentos
CPC 26 (R1) (Alterações à IAS 1 e IFRS - Declaração da Prática)	Divulgação de Políticas Contábeis
CPC 23 (Alterações à IAS 8)	Definição de Estimativas Contábeis
CPC 32 (Alterações à IAS 12)	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em exercícios futuros

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	-	-	5.904	4.172
Bancos	44	50	6.546	2.223
Aplicações financeiras (i)	224	156	201.569	280.577
Total (ii)	268	206	214.019	286.972

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

- (i) Aplicações financeiras realizadas em CDB com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média entre 100% e 101%, em 31 de dezembro de 2022 e à taxa média entre 90% e 100%, em 31 de dezembro de 2021.
- (ii) Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa com compromissos de curto prazo.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações vinculadas – Empréstimos BNDES	19.263	13.342
Aplicações vinculadas – Debêntures	13.286	10.214
Total	<u>32.549</u>	<u>23.556</u>
Circulante	12.274	8.270
Não Circulante	<u>20.275</u>	<u>15.286</u>
	<u>32.549</u>	<u>23.556</u>

Conforme contrato, a Companhia deverá manter 2 contas para pagamentos do financiamento obtido junto ao BNDES e 2 contas para pagamento das debêntures, controladas diretamente pelo Banco Santander, e o saldo aplicado será de uso exclusivo para pagamento das operações de financiamento mencionadas abaixo:

BNDES

- (a) Pagamento BNDES: conta específica para constituição da 1 parcela a ser paga trimestralmente.
- (b) Reserva BNDES: conta específica para constituição de 3 parcelas adicionais que poderão ser utilizadas quando a conta pagamento BNDES não possuir saldo suficiente para pagamento.

Debêntures

- (a) Pagamento Debêntures: conta específica para constituição da 1 parcela a ser paga semestralmente.
- (b) Reserva Debêntures: conta específica para constituição da 1 parcela adicional que poderá ser utilizada quando a conta pagamento Debêntures não possuir saldo suficiente para pagamento.

A Administração da Companhia não possui indícios quanto a possibilidade de não constituir saldo suficiente em conta para pagamento, mantendo, portanto, as contas de reserva como não circulante.

Aplicações financeiras vinculadas (CDBs) estão sendo mantidas em instituição financeira de primeira linha com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa de 95%, tanto em 31 de dezembro de 2022 quanto em 31 de dezembro de 2021.

5. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	Consolidado	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	57.924	46.060
Receitas acessórias	<u>117</u>	<u>-</u>
Total	<u>58.041</u>	<u>46.060</u>
A vencer	58.041	46.060
Total	<u>58.041</u>	<u>46.060</u>

(*) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias.

A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. O prazo médio de vencimento é de até 30 dias.

6. ESTOQUES

Os estoques estão representados por:

	Consolidado	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Uniformes e EPIs	2.252	1.289
Manutenção civil e hidráulica	1.097	834
Outros	<u>1.098</u>	<u>882</u>
Total	<u>4.447</u>	<u>3.005</u>

Em 31 de dezembro de 2022 os estoques não tinham sido dados em garantia das operações da Companhia. Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em estoque em até 12 meses.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda diferido	27.995	17.125
Contribuição social diferida	10.078	6.166
Total	<u>38.073</u>	<u>23.291</u>
2022	-	
2023	1.819	2.705
Após 2024	36.254	20.586
Total	<u>38.073</u>	<u>23.291</u>

b) O imposto de renda e a contribuição social diferidas do exercício têm as seguintes origens:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	7.449	1.091
Provisão de fornecedores	4.238	3.972
Provisão para manutenção	177.084	59.454
Capitalização de juros	(77.090)	-
Provisão PLR	(793)	3.322
Outras	1.091	664
Base de cálculo Total	<u>111.979</u>	<u>68.503</u>
Taxa combinada de impostos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	38.073	23.291

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício:

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	74.991	(22.612)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominal	<u>(25.497)</u>	<u>7.688</u>
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes:		
Capitalização de juros	15.960	15.768
Prêmios e gratificações	-	(273)
Amortização IFRS 16	-	(221)
Amortização de juros	(758)	-
Outras diferenças permanentes	820	(10.997)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(41.395)</u>	<u>11.965</u>

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Impostos de renda e contribuição social corrente	(56.177)	(10.894)
Impostos de renda e contribuição social diferido	14.782	22.859
	<u>(41.395)</u>	<u>11.965</u>
Alíquota efetiva de impostos de renda e contribuição social %	55%	53%

8. INVESTIMENTOS

A Companhia foi constituída no dia 20 de janeiro de 2021, tem como seu objeto social a participação em outras sociedades, como controladora. Em 31 de dezembro de 2022 tinha como subsidiárias as empresas:

- (i). Infraestrutura Brasil Holding VIII S/A - "IBH VIII" mediante a participação em 70% de um capital social total de R\$485.857.
- (ii). Infraestrutura Brasil Serviços e Participações XIII S.A. - "IBH XIII" mediante a participação em 4% de um capital social total de R\$4.813, conforme descrito abaixo:

Infraestrutura Brasil Serviços e Participações XIII S.A. ("IBS XIII")

Constituiu a IBS XIII em 29 de janeiro de 2021, com capital social subscrito e parcialmente integralizado do valor R\$4.813, estabelecida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.455, 4º andar, bairro Vila Nova Conceição, tem por atividade principal a prestação de serviços de consultoria, orientação, organização, controle orçamentário, informação e gestão; prestação de serviços administrativos de rotina a empresas, sob contrato, tais como planejamento financeiro, jurídico, recursos humanos, contabilidade, engenharia, técnica e outros; a participação em outras sociedades, como cotista ou acionista, no país ou no exterior; e o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social da Companhia.

A Companhia possui 3.850.400 (três milhões, oitocentas e cinquenta mil e quatrocentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal com preço de R\$0,05 (cinco centavos) por ação que representa uma participação societária de 4% do capital social conforme boletim de subscrição datado de 22 de outubro de 2021.

Não houve aporte de capital ou transações entre a Companhia e a IBS XIII.

As ações serão integralizadas em até 10 dias após 15 de junho de 2023.

a) Composição

<u>Investimentos em controlada direta - "IBH VIII"</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Capital social	340.100	340.100
Participação societária	70,00%	70,00%
Patrimônio líquido	314.841	353.978

b) Movimentação do investimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	353.978	360.713	(103)	-
Integração capital social	-	-	-	26
Resultado de equivalência patrimonial	(39.137)	(6.735)	3	(132)
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-
Saldo final	<u>314.841</u>	<u>353.978</u>	<u>(103)</u>	<u>(106)</u>
Investimento	314.841	353.978	-	-
Provisão para investimento	-	-	(103)	(106)

c) Informações sobre investimentos em controlada direta (consolidado) em 31 de dezembro de 2022

	31/12/2022						
	Capital social	Patrimônio líquido	Ativo total	Passivo total	Receita líquida	Lucro líquido	Investimento
IBH VIII	340.100	314.842	2.108.958	1.794.116	846.686	(39.137)	314.841
	31/12/2021						
	Capital social	Patrimônio líquido	Ativo total	Passivo total	Receita líquida	Lucro líquido	Investimento
IBH VIII	340.100	353.978	1.902.001	1.548.022	904.250	(6.735)	353.978

A Infraestrutura Brasil Holding VIII S/A - "IBH VIII" possui participação parcial na empresa IBH I Serviços e Participações S.A. - "IBH Serviços" mediante capital social de R\$26, ou seja, 52% de participação. Pelo fato da "IBH VIII" não possuir o controle as demonstrações desta investida não foram consolidadas.

9. IMOBILIZADO

	Consolidado							Consolidado Total
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Equipamentos para veículos	Caminhões	Outros	
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	527	9.441	4.701	326	11	23.952	639	39.597
Adições	240	4.956	416	5	457	40.795	331	47.200
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>767</u>	<u>14.397</u>	<u>5.117</u>	<u>331</u>	<u>468</u>	<u>64.747</u>	<u>970</u>	<u>86.797</u>
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(78)	(515)	(1.081)	(98)	(2)	(2.977)	(67)	(4.818)
Adições	(79)	(1.906)	(1.012)	(65)	(39)	(8.886)	(108)	(12.095)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>(157)</u>	<u>(2.421)</u>	<u>(2.093)</u>	<u>(163)</u>	<u>(41)</u>	<u>(11.863)</u>	<u>(175)</u>	<u>(16.913)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>449</u>	<u>8.926</u>	<u>3.620</u>	<u>228</u>	<u>9</u>	<u>20.975</u>	<u>572</u>	<u>34.779</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>610</u>	<u>11.976</u>	<u>3.024</u>	<u>168</u>	<u>427</u>	<u>52.884</u>	<u>795</u>	<u>69.884</u>
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	25	10	

	Consolidado							Consolidado Total
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Equipamentos para veículos	Caminhões	Outros	
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	414	1.895	3.867	324	7	5.948	389	12.844
Adições	113	7.546	834	2	4	18.004	250	26.753
Saldo em 31 de dezembro de 2021	527	9.441	4.701	326	11	23.952	639	39.597
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(28)	(99)	(220)	(33)	(1)	(882)	(13)	(1.276)
Adições	(50)	(416)	(861)	(65)	(1)	(2.095)	(54)	(3.542)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(78)	(515)	(1.081)	(98)	(2)	(2.977)	(67)	(4.818)
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	386	1.796	3.647	291	6	5.066	376	11.568
Saldo em 31 de dezembro de 2021	449	8.926	3.620	228	9	20.975	572	34.779
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	25	10	

Em 31 de dezembro de 2022, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos, debêntures ou de processos de qualquer natureza.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para “impairment” dos ativos imobilizados em relação a análise de “impairment” realizada em 31 de dezembro de 2022.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022.

10. INTANGÍVEL

	Consolidado				
	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contratos de Concessão (i e ii)	Software	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	218.833	1.034.970	1.136.335	2.531	2.392.669
Adições	148.375	275.221	-	573	424.169
Transferências	(208.904)	208.904	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>158.304</u>	<u>1.519.095</u>	<u>1.136.335</u>	<u>3.104</u>	<u>2.816.838</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(53.522)	(59.972)	(95)	(113.589)
Adições	-	(85.379)	(37.877)	(151)	(123.407)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>	<u>(138.901)</u>	<u>(97.849)</u>	<u>(246)</u>	<u>(236.996)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>218.833</u>	<u>981.448</u>	<u>1.076.363</u>	<u>2.436</u>	<u>2.279.080</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>158.304</u>	<u>1.380.194</u>	<u>1.038.486</u>	<u>2.858</u>	<u>2.579.842</u>
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	-	6,78	3,33	6,64	

	Consolidado				
	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contratos de Concessão (i e ii)	Software	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	205.481	230.631	1.136.335	1.349	1.573.796
Adições	394.847	429.054	-	1.382	825.283
Baixas (b)	-	(6.210)	-	(200)	(6.410)
Transferências	(381.495)	381.495	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	218.833	1.034.970	1.136.335	2.531	2.392.669
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(5.746)	(22.095)	(14)	(27.855)
Adições	-	(47.914)	(37.877)	(89)	(85.880)
Baixas	-	138	-	8	146
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(53.522)	(59.972)	(95)	(113.589)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	205.481	224.885	1.114.240	1.335	1.545.941
Saldo em 31 de dezembro de 2021	218.833	981.448	1.076.363	2.436	2.279.080
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	-	6,69	3,33	6,72	

- (a) O intangível, o contrato de concessão e os softwares/direito de uso são amortizados ao resultado de forma linear, pelo prazo da vida útil ou prazo remanescente da concessão, dos dois o menor, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo remanescente da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.
- (b) Baixas realizadas em função da substituição do sistema de arrecadação (R\$755) e baixa de torre em função da venda de torres de telecomunicação (R\$5.655), vide nota explicativa nº 18.
- (i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga.
- (ii) Vide nota explicativa nº 1.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis em construção, custos de empréstimos no montante de R\$51.582 em 31 de dezembro de 2022. A capitalização no exercício de 2022 foi 18% do resultado financeiro sendo finalizada em dezembro de 2022.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para “impairment” dos ativos imobilizados em relação a análise de “impairment” realizada em 31 de dezembro de 2022.

11. DIREITO DE USO

	Consolidado				31/12/2022
	31/12/2021	Adições e atualizações contratuais	Baixas	Amortização	
Equipamentos operacionais	1.852	297	-	(1.401)	748
Instalações e Edificações	1.680	1.210	(446)	(580)	1.864
Veículos	8.868	569	-	(5.167)	4.270
Total	12.400	2.076	(446)	(7.148)	6.882

	Consolidado			
	31/12/2020	Adições e atualizações contratuais	Amortização	31/12/2021
Equipamentos operacionais	1.109	1.500	(757)	1.852
Instalações e Edificações	2.110	259	(689)	1.680
Veículos	12.774	1.119	(5.025)	8.868
Total	15.993	2.878	(6.471)	12.400

Saldos relacionados as operações de arrendamento da Companhia, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem prazos que variam entre 3 e 19 anos. A Companhia avalia no início de cada arrendamento se é razoavelmente certo se as opções de extensão serão exercidas, e reavalia tal conclusão em caso da ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle.

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média real de 6,09% a.a., pois os contratos de arrendamento são corrigidos pela inflação. A taxa real é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil estimada do contrato em vigência e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de integração social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

12. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores - Obras	34.559	41.815
Fornecedores – Imobilizado	756	1.294
Fornecedores - Serviços	11.983	11.261
Total	47.298	54.370

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo de empréstimos e financiamentos está composto pelo saldo devedor das notas promissórias e BNDES, ambos reduzido dos custos de captação a amortizar, conforme movimentação detalhada a seguir:

Descrição	Consolidado					
	31/12/2021	Captação	Juros e atualização monetária / amortização de custo	Amortização (i)	Custo de Captação	31/12/2022
BNDES (a)	630.331	-	93.937	(36.693)	-	687.575
Total	630.331	-	93.937	(36.693)	-	687.575

Descrição	Consolidado					
	31/12/2020	Captação	Juros e atualização monetária / amortização de custo	Amortização (i)	Custo de Captação	31/12/2021
Notas Promissórias (b)	1.032.744	-	33.699	(1.066.375)	(68)	-
BNDES (a)	-	650.000	46.381	(10.713)	(55.337)	630.331
Total	1.032.744	650.000	80.080	(1.077.088)	(55.405)	630.331

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	1.761	1.658
Não circulante	685.814	628.673

(i) O contrato de financiamento firmado com o BNDES encontra-se em período de carência, sendo realizada, portanto, somente amortização das parcelas de juros.

a) Financiamento BNDES

Em 22 de dezembro de 2020, foi obtido junto ao BNDES um crédito no valor de R\$3.000.000 composto pelas linhas de Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e FAT – Depósitos Especiais, não conversíveis em ações, cuja taxa de juros é composta de:

- Subcréditos “A”, “B”, “C” e “D”: IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 3,38% a.a.
- Subcrédito “E”: IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 4,84% a.a.

O total dos créditos deverão ser utilizados pela Companhia nos prazos determinados a seguir, sem prejuízo do BNDES estender os referidos prazos:

- Subcréditos “A” e “B”: até 22 de junho de 2023, cujo montante do crédito é de R\$1.300.000.

A Companhia obteve liberações parciais dos subcréditos “A” e “B”, no montante total de R\$650.000 ocorridas nos dias 13 de julho de 2021 e 29 de novembro de 2021.

- Subcrédito “C”: até 22 de junho de 2025, cujo montante do crédito é de R\$1.100.000.
- Subcréditos “D” e “E”: até 22 de junho de 2027, cujo montante do crédito é de R\$600.000.
- O prazo de carência para início da amortização do valor principal é de:
- Subcréditos “A”, “B” e “C”: carência até 15/01/2025. Após a carência a amortização dar-se-á em 245 prestações, iniciando em 15/01/2025 e terminando em 15/05/2045.
- Subcrédito “D” e “E”: carência até 15/01/2027. Após a carência a amortização dar-se-á em 221 prestações, iniciando em 15/01/2027 e terminando em 15/05/2045.

No período de carência o pagamento dos juros será realizado trimestralmente.

Não há cláusulas restritivas (“covenants”) financeiros sobre o financiamento.

As principais cláusulas de vencimento antecipado estão relacionadas a não existência de:

- (i) Instauração de processo de caducidade, anulação, relicitação ou rescisão do contrato de concessão.
- (ii) Celebração de aditivo aos contratos da concessão, que possa prejudicar o cumprimento das obrigações, sem anuência prévia do BNDES.
- (iii) Descumprimento das seguintes obrigações contratuais: 1. Contratação e manutenção dos seguros exigidos no plano de seguros previsto no contrato de concessão, 2. Contratação e manutenção integral da garantia de execução contratual, 3. pagamento de outorgas e taxas da ARTESP.
- (iv) Extinção, liquidação, dissolução, requerimento de autofalência e o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores.
- (v) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, bem como a decretação de falência.
- (vi) Ocorrência de declaração de vencimento antecipado das debêntures autorizadas ou qualquer outra dívida tomada.
- (vii) Inadimplemento das dívidas celebradas com o BNDES.
- (viii) Não substituição das fianças bancárias.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encontra-se adimplente com os compromissos firmados.

b) Nota Promissória

Em 19 de março de 2020, a Controlada indireta Eixo SP (“Emissora”) realizou a 1ª emissão de notas promissórias, não conversíveis em ações, com vencimento final total em 10 de setembro de 2021.

A Controlada indireta Eixo SP emitiu 500 (quinhentas) notas promissórias alocadas sob regime de garantia firme, com valor unitário de R\$2.000, sob as quais incidiram juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.b3.com.br>) (“Taxa DI”), calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis” por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, acrescida de uma sobretaxa (spread) equivalente a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando para tal os critérios estabelecidos no “Caderno de Fórmulas Notas Comerciais - CETIP21” disponibilizado para consulta em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>), de acordo com a fórmula prevista nas Cártulas.

Em 21 de julho de 2021, a Companhia realizou a liquidação antecipada da dívida.

14. DEBÊNTURES

A posição das debêntures (com partes relacionadas e BNDES) em 31 de dezembro de 2022 é:

Controladora						
Descrição	31/12/2021	Captação	Juros e atualização monetária / amortização de custo	Amortização	Custo de Captação	31/12/2022
Debêntures (d)	4.693	-	434	-	-	5.127
Debêntures (e)	-	2.500	330	-	-	2.830
Total	4.693	2.500	764	-	-	7.957

Consolidado						
Descrição	31/12/2021	Captação	Juros e atualização monetária / amortização de custo	Amortização	Custo de Captação	31/12/2022
Partes relacionadas (a)	530.167	-	51.517	-	-	581.694
BNDES (b)	359.945	-	44.407	(19.444)	(850)	384.058
Debêntures (c)	517.827	-	88.436	-	-	606.263
Debêntures (d)	4.693	-	434	-	-	5.127
Debêntures (e)	-	2.500	330	-	-	2.830
Total	1.412.632	2.500	185.134	(19.444)	(850)	1.579.972

Controladora						
Descrição	31/12/2020	Captação	Juros e atualização monetária / amortização de custo	Amortização	Custo de Captação	31/12/2021
Debêntures (d)	4.274	-	419	-	-	4.693
Total	4.274	-	419	-	-	4.693

Descrição	Consolidado					
	31/12/2020	Captação	Juros e atualização monetária / amortização de custo	Amortização	Custo de Captação	31/12/2021
Partes relacionadas (a)	-	490.703	39.520	-	(56)	530.167
BNDES (b)	-	350.000	29.716	(7.794)	(11.977)	359.945
Debêntures (c)	-	500.003	26.245	-	(8.421)	517.827
Debêntures (d)	4.274	-	419	-	-	4.693
Total	4.274	1.340.706	95.900	(7.794)	(20.454)	1.412.632

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	-	-	607.106	869
Não circulante	7.957	4.693	972.867	1.411.763

(i) As debêntures com o BNDES encontram-se em período de carência, sendo realizada, portanto, somente amortização das parcelas de juros.

(ii) As debêntures não possuem “covenant” financeiro.

a) Debêntures com Partes Relacionadas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2020, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$145.500 (145,5 debêntures com valor unitário de R\$1) e de debêntures conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$339.500 (339,5 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

A conversão em ações pode ser realizada de forma obrigatória no caso de vencimento antecipado e ou facultativa a critério do Debenturista a partir do 2º aniversário de integralização das Debêntures. A quantidade de ações a ser entregue ao debenturista no caso de conversão será variável e calculada pelo valor atualizado da debênture dividido pelo valor justo da ação da Companhia, multiplicado pelo número de debentures convertidas.

As debêntures foram emitidas em janeiro e maio de 2021 e terão prazo de vencimento de 26 anos, com vencimento em 15 de janeiro de 2047 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 9,77% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures. A Companhia já recebeu o montante de R\$490.702 (R\$285.000 em janeiro e R\$205.702 em maio de 2021), através de transferência bancária.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de declaração do vencimento antecipado de qualquer outra dívida e/ou financiamento de longo prazo tomados pela Emissora junto a instituições financeiras, públicas ou privadas e/ou emissão de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro ou internacional.

b) Debêntures BNDES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2021, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$350.000 (350 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

As debêntures foram emitidas em julho de 2021 e terão prazo de vencimento de 174 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035, atualizados por IPCA acrescidos de juros remuneratórios de 5,05% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos semestralmente, iniciando em 15 de dezembro de 2021. A amortização do principal dar-se-á em 22 parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de junho de 2025 e última em 15 de dezembro de 2035. A Companhia já recebeu o montante de R\$350.000, através de transferência bancária.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de não pagamento do saldo do valor nominal atualizado, dos juros remuneratórios e/ou quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos debenturistas, entre outras.

c) Debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de junho de 2021, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor total de R\$500.000 (500 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

As debêntures foram emitidas em junho de 2021 e terão prazo de vencimento de 24 meses, com vencimento em 15 de junho de 2023, atualizados por CDI acrescidos de juros remuneratórios de 3,30% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures. A Companhia já recebeu o montante de R\$500.003 (R\$495.204 em junho e R\$4.799 em julho de 2021), através de transferência bancária.

As debêntures possuem garantias reais, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, de:

- (i) Todos os direitos creditórios de titularidade da Companhia da Subholding e da Infraestrutura Brasil Holding VII S.A. ("Holding Pátria") decorrentes das Contas Vinculadas Aumento Capital e alienação fiduciária da totalidade das ações, presentes e futuras de titularidade da subholding, sendo:
 - a) Os valores oriundos de qualquer distribuição de capital feita e efetivamente paga pela Eixo SP à Emissora, incluindo, sem limitação, valores pagos por meio de distribuições realizadas na forma de dividendos, reduções de capital, juros sobre capital próprio, resgate, recompra ou amortização de ações, ou cancelamento de adiantamento para futuros aumentos de capital social, observado o disposto no Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças nº 20.2.0501.3, celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., a Emissora e a Eixo SP.

- b) Todos os Direitos Creditórios dos Boletins de Subscrição e todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora, da Subholding e da Holding Pátria decorrentes dos Boletins de Subscrição Onerados, nos termos do “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças” celebrado entre a Emissora, a Subholding e a Holding Pátria, na qualidade de fiduciantes, e o Agente Fiduciário, na qualidade de fiduciário (“Contrato de Cessão Fiduciária”).
- (ii) Alienação fiduciária, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, da totalidade das ações, presentes e futuras, de titularidade da Subholding e que venham a ser detidas pela Subholding no capital social da Companhia, incluindo todos os direitos e ativos relacionados a tais ações.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

Não há cláusulas restritivas (“covenants”) financeiros sobre o financiamento.

As principais cláusulas de vencimento antecipado estão relacionadas a não existência de:

- (i) Extinção, encerramento das atividades, liquidação ou dissolução da Companhia e/ou da Eixo SP e/ou da Subholding.
- (ii) Realização de qualquer pagamento aos acionistas, inclusive dividendo mínimo obrigatório, juros sobre capital próprio, juros e/ou qualquer outro recurso.
- (iii) Transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia e/ou pela Subholding e/ou pela Holding Pátria, das suas obrigações assumidas.
- (iv) Contratação, pela Companhia, de quaisquer operações não financeiras com suas partes relacionadas, no montante individual ou agregado superior a R\$10 000 000,00 (dez milhões de reais).
- (v) Extinção, liquidação, dissolução, requerimento de autofalência e o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores.
- (vi) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, bem como a decretação de falência.
- (vii) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas.
- (viii) Destinação dos recursos captados por meio da Emissão de forma diversa ao previsto na Escritura de Emissão.
- (ix) Ocorrência de quaisquer eventos que afetem de forma material as Garantias Reais ou o cumprimento das disposições contidas nos Contratos de Garantia Real.
- (x) Não obtenção ou renovação, cancelamento, revogação, intervenção, suspensão ou extinção das autorizações, subvenções, dispensas e/ou protocolos de requerimento de alvarás ou licenças (incluindo ambientais) da Companhia que causem um Efeito Adverso Relevante.

- (xi) encerramento ou não manutenção, até a integral liquidação das Debentures, das contas corrente nº 53 971 7, 53 972 5 e 53 307-4, todas da agência 8541 do Itaú Unibanco SA (respectivamente, Conta Vinculada Aumento de Capital Holding Pátria', Conta Vinculada Aumento de Capital Subholding e "Conta Vinculada Aumento de Capital Companhia e, em conjunto, "Contas Vinculadas Aumento Capital '), nas quais serão depositados, respectivamente, os recursos para integralização do capital social da Holding Pátria, da Subholding e da Companhia subscritos nos termos das AGEs Aumento de Capital.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontra-se adimplente com os compromissos firmados.

d) Debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de abril de 2020, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor total de R\$4.000 (4.000 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

As debêntures foram emitidas em 16 de abril de 2020 e terão prazo de vencimento de 2 anos, com vencimento em 27 de fevereiro de 2027 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 9,84% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado:

- (i) a ocorrência de liquidação, dissolução ou decretação de falência da emissora, (ii) pedido de falência da emissora, (iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da emissora e não devidamente elidido ou contestado de boa-fé, no prazo legal; (iv) propositura, pela emissora, de plano de recuperação extrajudicial da emissora a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (v) requerimento de recuperação judicial da emissora.

Transformação societária da emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações.

Inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela emissora relativa ao pagamento de valor nominal unitário, juros remuneratórios e/ou encargos moratórios, não sanado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do respectivo inadimplemento.

Descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária assumida pela emissora no âmbito da escritura de emissão, não sanado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis da ocorrência do descumprimento.

Declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira assumidas pela emissora, respeitados os respectivos prazos de cura, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000.

Protesto de títulos da emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000, não contestado, sustado, pago ou de outra forma suspenso ou cancelado (inclusive mediante apresentação de garantias em juízo) no prazo de 60 dias contados do protesto.

Ocorrência de mudança, direta ou indireta, no controle acionário (nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da emissora, ou em caso de incorporação da emissora por terceiros, ou caso ocorra a transferência, seja por cisão ou por qualquer outra forma, de ativos operacionais para outra entidade, sem prévia e expressa anuência do debenturista.

Constatação de qualquer declaração ou garantia prestada pela emissora no âmbito da emissão seja insuficiente falsa, incorreta, enganosa ou inconsistente.

Se as obrigações da emissora decorrentes do presente instrumento deixarem de concorrer pelo menos “pari passu” com todas as demais dívidas quirografárias presentes e futuras, da mesma natureza, da emissora (com exceção das que disponham de privilégios conferidos por lei); e/ou

Alteração ou modificação do objeto social da emissora que restrinja materialmente o principal ramo de negócios atualmente explorado pela mesma.

e) Debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de fevereiro de 2022, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor total de R\$2.500 (2.500 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

As debêntures foram emitidas em 22 de fevereiro de 2022 e terão prazo de vencimento de 5 anos, com vencimento em 22 de fevereiro de 2027 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 100% das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro (na base 252 dias) + 1,5% a.a. e os juros serão pagos no vencimento das debêntures.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado:

- (i) a ocorrência de liquidação, dissolução ou decretação de falência da emissora, (ii) pedido de falência da emissora, (iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da emissora e não devidamente elidido ou contestado de boa-fé, no prazo legal; (iv) propositura, pela emissora, de plano de recuperação extrajudicial da emissora a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (v) requerimento de recuperação judicial da emissora.

Transformação societária da emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações.

Inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela emissora relativa ao pagamento de valor nominal unitário, juros remuneratórios e/ou encargos moratórios, não sanado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do respectivo inadimplemento.

Descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária assumida pela emissora no âmbito da escritura de emissão, não sanado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis da ocorrência do descumprimento.

Declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira assumidas pela emissora, respeitados os respectivos prazos de cura, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000.

Protesto de títulos da emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000, não contestado, sustado, pago ou de outra forma suspenso ou cancelado (inclusive mediante apresentação de garantias em juízo) no prazo de 60 dias contados do protesto.

Ocorrência de mudança, direta ou indireta, no controle acionário (nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da emissora, ou em caso de incorporação da emissora por terceiros, ou caso ocorra a transferência, seja por cisão ou por qualquer outra forma, de ativos operacionais para outra entidade, sem prévia e expressa anuência do debenturista.

Constatação de qualquer declaração ou garantia prestada pela emissora no âmbito da emissão seja insuficiente falsa, incorreta, enganosa ou inconsistente.

Se as obrigações da emissora decorrentes do presente instrumento deixarem de concorrer pelo menos “pari passu” com todas as demais dívidas quirografárias presentes e futuras, da mesma natureza, da emissora (com exceção das que disponham de privilégios conferidos por lei).

Alteração ou modificação do objeto social da emissora que restrinja materialmente o principal ramo de negócios atualmente explorado pela mesma.

15. CREDOR PELA CONCESSÃO

Corresponde ao pagamento de ônus de fiscalização de 1,50% e outorga variável I e II (4,00% e 3,00% respectivamente) totalizando 7,00%, constante do contrato de concessão, que somam um total de 8,50% das receitas de pedágio e receitas acessórias da Companhia auferidas mensalmente.

A antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente – ACDUF corresponde à devolução de 75% da outorga variável I.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Ônus de fiscalização	1.158	750
Outorga variável	7.979	5.841
Antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente (I)	23.865	6.599
Total	<u>33.002</u>	<u>13.190</u>

- (i) O contrato de concessão prevê o início do pagamento de 7% (Outorga I de 4% e Outorga II de 3%) de ônus a partir do 13º mês de operação sendo que o mesmo contrato prevê (para este período) o repasse de 75% da Outorga I a título de reequilíbrio antecipado do Desconto do Usuário Frequente - “DUF”.

Mensalmente a Companhia apura o montante referente às perdas do DUF e compensa com os montantes recebidos a título de ACDUF e quando concluído o processo administrativo junto à ARTESP providenciaremos a devolução do montante reequilibrado a maior.

16. SALÁRIOS A PAGAR, PROVISÃO TRABALHISTA E ENCARGOS SOCIAIS

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Salários e honorários	653	512
Encargos sociais e previdenciários	2.701	1.970
Provisão de férias	8.587	5.712
Provisão para participação nos lucros ou resultados e gratificações	1.541	3.518
Total	13.482	13.041

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Programa Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3.113	2.653
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição social sobre Lucro Líquido - CSLL	3.992	5.369
Imposto sobre Serviços – ISS	4.049	3.424
Impostos federais terceiros	352	973
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS terceiros	480	634
Imposto sobre Serviços - ISS terceiros	557	740
Total	12.543	13.793

18. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta saldo em aberto com partes relacionadas, conforme abaixo:

Partes Relacionadas (*)	Transação (**)	Consolidado	
		Ativo Circulante	Passivo Circulante
		31/12/2022	
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de fibra	37	3
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de torres	37	5
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de despesas	71	-
IBH I Serviços e Participações S.A. (a)	Prestação de Serviços	22	1.264
Saldo em 31/12/2021		<u>167</u>	<u>1.272</u>
		Consolidado	
		31/12/2021	
Partes Relacionadas (*)	Transação (**)	Ativo Circulante	Passivo Circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de fibra	132	1.109
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de torres	41	39
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	Compartilhamento de Despesas	-	-
IBH I Serviços e Participações S.A. (a)	Prestação de Serviços	22	1.197
Saldo em 31/12/2021		<u>195</u>	<u>2.345</u>
		Consolidado	
		Resultado	
Partes Relacionadas (*)		31/12/2022	31/12/2021
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.		65	749
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.		134	252
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.		-	-
Winity S.A.		(545)	(213)
Pátria Infraestrutura IV		71	(137)
IBH I Serviços e Participações S.A. (a)		(9.933)	(5.276)
		<u>(10.208)</u>	<u>(4.625)</u>

(a) Prestação de serviços para atividades contábeis e fiscais, financeiras, “supply chain”, administração de pessoal, seguros, entre outras.

(*) Parte relacionada composto pelas investidas do Pátria Investimentos, sem qualquer ligação societária com a Companhia, exceto pelo Fundo Pátria investidor e IBH I Serviços e Participações S.A.

(**) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Remuneração dos Administradores - Consolidado

Em 29 de abril de 2022, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos Administradores da Companhia para o período de 2022 em até R\$8.000, incluídos nesse valor os benefícios e encargos para o período social. Os Administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 31 de dezembro de 2022, foram pagos R\$7.149 (R\$2.702 em 31 de dezembro de 2021) a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros.

Debêntures

As debêntures mencionadas na nota explicativa nº 14, alínea a), foram captadas com partes relacionadas: (i) Pátria Infraestrutura IV – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – 70% do montante total captado; e (ii) Warrington Investment PTE. LTD. (“GIC Group”) – 30% do montante total captado.

Destacamos o resultado de juros em relação as debêntures emitidas com partes relacionadas, vide nota explicativa nº 14 com efeito no resultado no montante de R\$52.048.

Dividendos

	Nota explicativa	Controladora	
		31/12/2022	31/12/2021
Dividendos a receber	8	197	197
Dividendos a pagar	23.b	(133)	(133)

19. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Política contábil

A norma determina que todos os arrendamentos mercantis e seus correspondentes direitos contratuais e obrigações deverão ser reconhecidos no Balanço patrimonial, com isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses, com prazo indeterminado ou contratos de baixo valor. Para os arrendamentos com isenção de reconhecimento, a Companhia registrou a despesa no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrido.

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média de 6,09% a.a. A taxa é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil estimada do contrato em vigência e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de integração social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

b) Composição dos saldos e movimentação

Passivo de arrendamento

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	12.817	16.345
Adições e atualizações contratuais	2.076	2.879
Baixas	(446)	-
Juros provisionados	646	878
Pagamento de juros	(646)	(878)
Pagamento de principal	(7.940)	(6.407)
Total	<u>6.507</u>	<u>12.817</u>
Circulante	3.863	7.361
Não circulante	2.644	5.456
A realização do arrendamento dar-se-á da seguinte forma:		
2023	-	4.408
2024	1.339	782
2025	655	325
2026 em diante	1.261	539
Total	<u>3.255</u>	<u>6.054</u>
Ajuste a valor presente	(611)	(598)
Passivo de arrendamento	<u>2.644</u>	<u>5.456</u>

	Adoção Inicial	Dez.2022	Dez.2023	Dez.2024	Dez.2025	Dez.2026 em diante
IPCA			5,74%	3,90%	3,50%	3,00%
<u>Ativo de arrendamento (i)</u>						
Balanço patrimonial	19.588	7.328	4.741	2.235	1.137	-
Fluxo com projeção	19.588	7.328	5.013	2.322	1.177	-
<u>Passivo de arrendamento (ii)</u>						
Balanço patrimonial	19.588	6.953	2.855	1.767	1.262	-
Fluxo com projeção	19.588	6.953	3.019	1.836	1.306	-
<u>Despesas financeiras (ii)</u>						
Balanço patrimonial		638	264	134	84	845
Fluxo com projeção		638	279	139	87	875
<u>Despesas de depreciação (i)</u>						
Balanço patrimonial		7.148	2.587	2.506	1.098	1.137
Fluxo com projeção		7.148	2.735	2.604	1.136	1.177

20. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 9,35% ao ano, correspondente a taxa de atualização do projeto. Os valores são provisionados por trecho e os ciclos de intervenções ocorrem, em média, a cada oito anos.

Mapa movimentação	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2021	Adição	Consumo	Saldo em 31/12/2022
Provisão para manutenção	60.830	104.280	(8.884)	156.226
Atualização pela inflação (Despesa financeira)	11.090	31.673	-	42.763
AVP (Receita financeira)	(12.466)	(9.438)	-	(21.904)
	<u>59.454</u>	<u>126.515</u>	<u>(8.884)</u>	<u>177.085</u>

Mapa movimentação	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2020	Adição	Consumo	Saldo em 31/12/2021
Provisão para manutenção	-	60.830	-	60.830
Atualização pela inflação (Despesa financeira)	-	11.090	-	11.090
AVP (Receita financeira)	-	(12.466)	-	(12.466)
	<u>-</u>	<u>59.454</u>	<u>-</u>	<u>59.454</u>

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	119.142	1.111
Não circulante	57.943	58.343

21. PROVISÃO PARA RISCOS

a) Provável

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui processos de natureza cível classificadas como perda provável pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos e, portanto, constituiu a provisão necessária conforme tabela abaixo.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para contingência - ações trabalhistas	1.210	525
Provisão para contingência - ações cíveis	7.848	729
Total	9.058	1.254

Mapa movimentação	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	1.254	29
Adições (i)	7.451	1.225
Baixas	(1.092)	-
Atualização monetária	1.445	-
Saldo final	9.058	1.254

(i) As adições ocorridas no exercício de 2022 possuem natureza cível (R\$6.924) tendo como principais motivos objetos e animais na pista, enquanto as adições de natureza trabalhista (R\$527) em sua maioria, provenientes de reclamação trabalhista dos prestadores de serviços, nos quais a Companhia encontra-se em posição de corresponsável.

b) Possível

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui processos de natureza cível (R\$6.919) e trabalhistas (R\$7.848) classificadas como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões.

Ademais, a Companhia não possui causas de natureza regulatória, tributária, ambiental, e outros processos administrativos que tenham sido considerados como perda possível pela Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito é de R\$982.000, sendo integralizado R\$343.235 (R\$343.235 em 31 de dezembro de 2021), representado por 343.235 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social subscrito é representado conforme segue:

Acionista	Ações	%
Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	343.235	100

b) Dividendos mínimos obrigatório aos acionistas

De acordo com o Estatuto Social da Companhia e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações o direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social.

Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório anual de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, que poderá ser diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em períodos anteriores, nos termos do Artigo 202, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não houve destinação de dividendo mínimo obrigatório em função de não ter lucro no exercício.

c) Reserva Legal

A reserva de lucros será destinada a cumprir o plano de investimentos a ser implementado pela Companhia, eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores.

Em 31 de dezembro de 2022 a reserva legal constituída em anos anteriores foi consumida pelos prejuízos do exercício. Em 31 de dezembro de 2021 não foi constituída reserva legal.

d) Reserva de retenção de lucros:

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$700 referente à reserva de lucros acumulado do ano anterior, foi utilizado para diminuir a conta de prejuízos acumulados, em decorrência do prejuízo do exercício no montante de R\$42.333. Em 31 de dezembro de 2021, o consumo de reserva de retenção de lucros foi de R\$7.532.

23. RECEITAS

Estão representadas por:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Receita com arrecadação de pedágio	889.515	573.557
Receitas com construção	392.430	764.866
Receita acessória (a)	4.590	2.965
Receita Bruta	<u>1.286.535</u>	<u>1.341.388</u>
Deduções da receita	<u>(76.983)</u>	<u>(49.603)</u>
Receita líquida	<u>1.209.552</u>	<u>1.291.785</u>

a) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos entre outros.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com serviços	894.105	576.522
<u>Deduções</u>		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	(26.824)	(6.970)
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	(5.811)	(3.748)
Imposto Sobre Serviços - ISS (4% e 5%)	(44.348)	(28.559)
	<u>(76.983)</u>	<u>(49.603)</u>

24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Custo dos Serviços prestados		
Custo de Obra	(392.430)	(764.866)
Provisão para manutenção (a)	(104.280)	(60.830)
Pessoal	(69.165)	(43.707)
Conservação e manutenção	(61.615)	(77.235)
Serviços de terceiros (b)	(55.983)	(51.569)
Seguros	(4.580)	(4.648)
Depreciações e amortizações	(139.188)	(94.364)
Poder concedente (c)	(75.541)	(38.245)
Locações de imóveis e máquinas	(4.121)	(2.846)
Outras despesas operacionais	(12.102)	(7.513)
Total	<u>(919.005)</u>	<u>(1.145.823)</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Despesas operacionais:				
Provisão para riscos processuais	-	-	(6.358)	(1.063)
Pessoal	(903)	-	(14.967)	(21.845)
Conservação e manutenção	-	-	(1.011)	(2.341)
Serviços de terceiros (*)	(1.534)	-	(17.173)	(18.163)
Depreciações e amortizações	-	-	(3.466)	(1.509)
Locações de imóveis e máquinas	-	-	-	(8)
Outras despesas operacionais	(26)	(104)	(3.131)	(1.725)
Total	<u>(2.463)</u>	<u>(104)</u>	<u>(46.106)</u>	<u>(46.654)</u>

- (a) A constituição de provisão para manutenção deu-se após a conclusão dos trabalhos iniciais (PII – Programa Intensivo Inicial).
- (b) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.
- (c) A base de cálculo e taxas estão evidenciados na nota explicativa 15.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:				
Provisão para manutenção – AVP	-	-	9.438	12.466
Receita de aplicações financeiras	33	11	13.448	1.812
Outros	1	-	334	628
Total	34	11	23.220	14.906
Despesas financeiras:				
Juros e variação monetária sobre				
Empréstimos	(764)	(666)	(204.359)	(107.228)
Provisão para manutenção –				
Atualização pela inflação	-	-	(31.673)	(11.090)
Amortização de custos com emissão				
de notas promissórias/debêntures	-	-	(22.281)	(15.398)
Juros de arrendamento	-	-	(646)	(878)
Juros de financiamento	-	-	(24.164)	-
Despesas bancárias	-	(1)	(1.445)	(844)
Outras despesas financeiras	(3)	(37)	(2.397)	(1.580)
Total	(767)	(704)	(286.965)	(137.018)
Resultado Financeiro líquido	(733)	(693)	(263.745)	(122.112)

26. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo básico por ação:		
Prejuízo líquido do exercício	(42.333)	(7.693)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	343.235	343.235
Prejuízo básico por ação	(0,123)	(0,022)

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- Notas Promissórias: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- BNDES FINEM: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações financeiras para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2022, conforme quadro a seguir:

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Dívida (i)	7.958	4.693	2.311.075	2.108.771
Caixa e equivalentes de caixa	(268)	(206)	(214.019)	(286.972)
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	(32.549)	(23.556)
Dívida líquida	7.690	4.487	2.064.507	1.798.243
Patrimônio líquido (ii)	307.230	349.563	307.230	349.563
Índice de endividamento líquido	0,025	0,013	6,720	5,15

(i) A dívida é definida por Empréstimos e financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação), respectivamente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 14 e 15.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia.

- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme quadro a seguir:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos:					
Equivalentes de caixa (i)	Custo amortizado	268	206	214.019	286.972
Aplicações financeiras vinculadas (i)	Custo amortizado	-	-	32.549	23.556
Contas a receber	Custo amortizado	-	-	58.041	46.060
Contas a receber – Partes relacionadas	Custo amortizado	-	-	167	195
Passivos:					
Fornecedores (ii)	Custo amortizado	-	-	47.298	54.370
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	-	-	720.465	678.758
Debêntures	Custo amortizado	7.958	4.693	1.590.610	1.430.013
Credor pela concessão	Custo amortizado	-	-	33.002	13.190
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	-	1.272	2.345

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- (i) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.
 - (ii) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.
 - (iii) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis.
- c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3 e nº 5, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam ratings AAA, baseado nas avaliações das principais agências de rating.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Modalidade	Consolidado					2025 em diante
	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Valor Contábil Consolidado	Fluxo de caixa contratual total	2023	2024	
1ª Emissão de debêntures - conversíveis em ações	9,77%	407.205	3.798.865	-	-	3.798.865
1ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	9,77%	174.543	1.628.333	-	-	1.628.333
2ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	IPCA + 5,05%	392.530	770.852	20.459	21.300	729.093
Financiamento BNDES	IPCA + 5,21%	720.465	1.526.139	35.730	36.800	1.453.609
Debêntures (IBH IX)	CDI + 3,30%	608.374	653.750	653.750	-	-
Debêntures (IBH VII)	9,84%	5.128	5.570	5.570	-	-
Debêntures (IBH VII)	CDI + 1,50%	2.830	5.056	-	-	5.056
		<u>2.311.075</u>	<u>8.388.565</u>	<u>715.509</u>	<u>58.100</u>	<u>7.614.956</u>

d) Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos até o final do período findo em 31 de dezembro de 2022. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período do relatório esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do IPCA e CDI, principais indicadores do financiamento BNDES – FINEM contratado pela Companhia e de rentabilidade dos recursos aplicados, respectivamente:

Operação	Risco	Saldo 31/12/2022	Cenário I - provável	Consolidado			
				Valorização (R\$)		Desvalorização (R\$)	
				Cenário II - 25%	Cenário III - 50%	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Equivalentes de caixa	CDI	214.019	29.214	36.512	43831	21.916	14.617
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	32.549	4.443	5.553	6.666	3.333	2.223

Operação	Risco	Saldo 31/12/2022	Cenário I - provável	Valorização (R\$)		Desvalorização (R\$)	
				Cenário II - 25%	Cenário III - 50%	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Correção monetária sobre Debêntures BNDES	Aumento do IPCA	392.530	22.060	27.595	33.090	16.565	11.030
Correção monetária sobre BNDES FINEM	Aumento do IPCA	720.465	40.490	50.649	60.735	30.404	20.245
Correção monetária sobre Debêntures (IBH IX)	Aumento do CDI	608.374	83.043	103.789	124.595	62.297	41.552
Correção monetária sobre Debêntures (IBH VII)	Aumento do CDI	2.830	386	483	580	290	193

A Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente. A taxa considerada foi a seguinte:

Indicador	Cenário I - provável	Valorização		Desvalorização	
		Cenário II - 25%	Cenário III - 50%	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
IPCA (a)	5,62%	7,03%	8,43%	4,22%	2,81%
CDI (b)	13,65%	17,06%	20,48%	10,24%	6,83%

- (a) Refere-se à expectativa de mercado para taxa IPCA para o ano de 2022. Fonte de informação - “site” do BACEN: www.bcb.gov.br - FOCUS - Relatório de Mercado de 30 de dezembro de 2022.
- (b) Refere-se à expectativa de mercado para taxa CDI para o ano de 2022. Fonte de informação - “site” da B3: https://www.b3.com.br/pt_br/, acessado em 30 de janeiro 2023.

28. SEGUROS

A Controlada indireta Eixo SP tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais.

Em 31 de dezembro de 2022, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura - R\$	Vigência
Responsabilidade civil	40.000	Até julho de 2023
Riscos nomeados e operacionais	219.000	Até julho de 2023
Veículos – frota	49.091	Até julho de 2023
D&O	40.000	Até agosto de 2023
Risco de engenharia	262.372	Até junho de 2024
Seguro garantia	1.301.013	Até junho de 2023
Fiança Locatícia	1.078	Até maio de 2025
Seguro patrimonial	13.540	Até junho de 2023
Seguro patrimonial	13.500	Até setembro de 2023

29. OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

No exercício de 2023, a Controlada indireta Eixo SP deverá investir aproximadamente R\$755 milhões de reais. Os investimentos deste ano estão representados principalmente pela duplicação da SP 294, da recuperação de pavimento, implantação de dispositivos de contenção viária, vias marginais, edificação de SAUs, área de descanso para caminhoneiro, PGFs, parada de ônibus, equipamentos e tecnologia, entre outros. O contrato assinado com o governo paulista prevê investimentos de aproximadamente R\$13,2 bilhões para o período remanescente da concessão. Até o momento, a Companhia realizou R\$1,7 bilhão de investimento.

30. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

As seguintes transações não impactaram o caixa da Companhia:

	Nota	Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021
Reconhecimento do Direito de uso, CPC 6 (R2)	12	2.076	2.878
Receita de construção	24	392.430	764.866
Custo de construção	25	(392.430)	(764.866)
Provisão para manutenção	21	-	(59.454)
Fornecedores aquisição de intangível	11	7.256	(43.643)
Capitalização de juros	11	(51.582)	(53.600)
Aquisição de imobilizado	10	538	(1.294)

31. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 22 de março de 2023 a Companhia fez a 3ª emissão privada de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única onde foram emitidas 8.500 debêntures com valor nominal unitário de R\$1, totalizando R\$8.500.

32. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de março de 2023, a Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.
